

**Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEXT)
PUC-CAMPINAS**

**Boletim do Observatório de Políticas Públicas da Região Metropolitana
de Campinas (OPP-RMC)**

“RMC: Desafios Sociais da Década”

**Coordenador do projeto: Prof^a Dra. Cristiane Feltre
Centro de Economia e Administração (CEA)**

**Campinas
Abril/2016**

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1. ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	2
2. EDUCAÇÃO	3
3. POBREZA, RENDA E DESIGUALDADE	5
Pobreza	5
Renda e desigualdade	6
Apropriação da renda	6
4. TRABALHO	7
Atividade, desocupação e formalização	7
Nível educacional dos ocupados	7
Rendimento dos ocupados	8
5. VULNERABILIDADE SOCIAL	9
Crianças e Jovens	9
Mortalidade Infantil	9
Crianças e jovens fora da escola	10
Gravidez na adolescência	11
Família	12
% de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos ..	12
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	12
% de crianças extremamente pobres	12
% de crianças que vivem em domicílios que ninguém tem o fundamental completo	13
Trabalho	13
Tempo de deslocamento até o local de trabalho	13
Habitação	14
% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	14
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	14
REFERÊNCIAS	15

**BOLETIM DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE
CAMPINAS (OPP-RMC)
“DESAFIOS SOCIAIS DA DÉCADA”**

INTRODUÇÃO

Este boletim é resultado do projeto de extensão intitulado “Observatório de Políticas Públicas da Região Metropolitana de Campinas (OPP-RMC)”, desenvolvido no âmbito da Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEXT) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS).

O objetivo deste boletim é o de promover uma discussão sobre as dificuldades sociais enfrentadas pelos municípios da Região Metropolitana de Campinas (RMC) em relação a alguns aspectos como desenvolvimento humano, educação, superação da pobreza, trabalho e vulnerabilidade social. Dificuldades que deverão, em parte, serem superadas até a divulgação do próximo censo populacional no ano de 2020, de acordo com calendário previsto do IBGE.

Em junho de 2015 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) juntamente com a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) lançaram o Atlas do Desenvolvimento Humano das Regiões Metropolitanas Brasileiras – Baixada Santista, Campinas, Maceió e Vale do Paraíba e Litoral Norte. No mês de setembro de 2015, o IPEA lançou o Atlas da Vulnerabilidade Social dos municípios brasileiros apresentando algumas outras estatísticas municipais.

Este primeiro boletim reúne as estatísticas destas duas fontes de dados e da Fundação Seade procurando mostrar uma análise municipal mais detalhada sobre cada uma das variáveis sociais apresentadas pelas três instituições e apontando as maiores dificuldades que cada um dos municípios da RMC enfrenta.

A RMC, unidade regional do Estado de São Paulo criada no ano de 2000, é formada atualmente por 20 municípios a saber: Americana, Arthur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

Há que se considerar que o município de Morungaba foi considerado com parte integrante da RMC apenas no ano de 2014. Apesar disto, neste boletim, o município também será considerado nas análises, apesar da maior parte dos dados estar disponível até o ano de 2010 – data do último censo demográfico. Esta decisão foi tomada, pois o objetivo do boletim é mostrar desafios para os municípios da RMC ao longo da década de 2010 até 2020.

O que se observou é que existe uma discrepância ainda significativa entre os municípios em alguns indicadores como Educação. Os municípios de Holambra, Cosmópolis, Arthur Nogueira, Engenheiro Coelho, Monte Mor, Morungaba e Santo Antônio de Posse ainda eram considerados de baixo ou médio desenvolvimento humano em educação no ano de 2010. As situações mais graves foram observadas em Santo Antônio de Posse com o percentual mais baixo de jovens com 18 anos ou mais com ensino médio completo; em Engenheiro Coelho com a maior taxa de analfabetismo na população acima de 25 anos, apesar de possuir um dos índices mais elevados de presença de crianças entre 5-6 anos na escola; e em Campinas, Engenheiro Coelho e Indaiatuba que viram o percentual de crianças de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo se reduzir. Curiosamente, os municípios de maior IDH da RMC, Valinhos e Vinhedo, apresentaram um aumento do número de crianças fora da escola na idade de 6-14 anos entre os anos de 2000 e 2010.

Outro indicador preocupante refere-se à existência da extrema pobreza, que diferentemente dos demais municípios da RMC foi elevada em Morungaba e Holambra; e a concentração de renda, com os piores indicadores em Valinhos, Vinhedo, Holambra e Campinas que evoluíram muito pouco em relação à desconcentração e também possuíam os níveis mais elevados de concentração da renda em 2010.

Em relação ao à característica dos ocupados e seus rendimentos observou-se que quanto ao nível de escolarização dos ocupados na RMC, tanto daqueles que possuíam fundamental completo quanto os que possuíam médio completo com 18 anos ou mais, a situação é mais crítica foi constatada nos municípios de Santo Antônio de Posse, Engenheiro Coelho, Morungaba, Monte Mor e Arthur Nogueira. Além disso, em relação aos rendimentos houve uma redução significativa do percentual de pessoas que recebiam mais do que cinco salários mínimos em Santo Antônio de Posse, Arthur Nogueira, Pedreira e Morungaba.

Quanto à vulnerabilidade social, os municípios de Engenheiro Coelho, Monte Mor, Santo Antônio de Posse, Hortolândia e Sumaré foram os que apresentaram os maiores percentuais de sua população vivendo em situação de alta e muito alta vulnerabilidade social, em média 28% da população, enquanto que na RMC a média é de 9%. A vulnerabilidade social é tratada a partir de seus determinantes, como a mortalidade infantil. Observou-se que nos anos 2000 e 2013 houve uma redução de 12,7 para 8,3 mortos por mil nascidos vivos na região. Porém, não é uma melhora generalizada, pois municípios como Itatiba, Jaguariúna, Americana, Holambra e Nova Odessa, em período recente (2011-2013), não evoluíram em relação à mortalidade infantil

observada nos anos 2000, apesar de Holambra não ter apresentado registros no ano de 2013. Nesses municípios a mortalidade infantil é concentrada na idade neonatal, especialmente no período que vai até 6 dias após o nascimento da criança. Uma outra preocupação quanto à natalidade, porém para os municípios de Valinhos, Vinhedo e Itatiba é o aumento do percentual de adolescentes grávidas entre 10 e 17 anos.

Preocupante também é o percentual de mães, chefes de família, sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos. À exceção dos municípios de Holambra e Nova Odessa, todos os outros municípios da RMC tiveram aumentos nesta taxa, especialmente Engenheiro Coelho, Pedreira, Itatiba, Jaguariúna, Cosmópolis e Santo Antônio de Posse.

Outro indicador de vulnerabilidade é o percentual de jovens que não trabalham, não estudam e ainda se encontram em situação de vulnerabilidade social. Neste sentido precisam de mais atenção os municípios de: Monte Mor (8,2%), Jaguariúna (6,01%), Engenheiro Coelho (5,9%), Cosmópolis (5,87%) e Hortolândia (5,69%).

Quanto à situação habitacional os municípios de Holambra e Hortolândia viram a população vivendo em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados crescer quase cinco vezes. Este percentual cresceu também em Monte Mor, Valinhos, Nova Odessa, Itatiba, Indaiatuba e Paulínia. Também houve aumento em municípios como Itatiba, Sumaré, Pedreira, Valinhos, Hortolândia, Monte Mor, Nova Odessa e Americana do percentual de pessoas que não viviam em domicílios com banheiro e água encanada. Além disso a taxa anual de migração por mil habitantes também cresceu entre os municípios de Holambra, Jaguariúna, Paulínia, Valinhos e Morungaba entre 2000 e 2010, o que pode agravar a situação dos condições de moradia das pessoas em situação de maior vulnerabilidade. Esta situação demanda desses municípios políticas habitacionais mais adequadas à população mais vulnerável socialmente.

Nos próximos itens são apresentadas estatísticas mais detalhadas das apresentadas nesta introdução. O próximo número do boletim do OPP-RMC trará um perfil social dos inscritos no CadÚnico e dos assistidos por programas sociais na RMC.

1. ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida apresentada pelas organizações das Nações Unidas calculada a partir dos IDHs (renda, longevidade e educação) e a sua mensuração resulta em um valor que varia de 0 (zero) até 1 (um) que classifica uma localidade como de muito baixo até muito alto desenvolvimento humano, como mostra a figura 1.

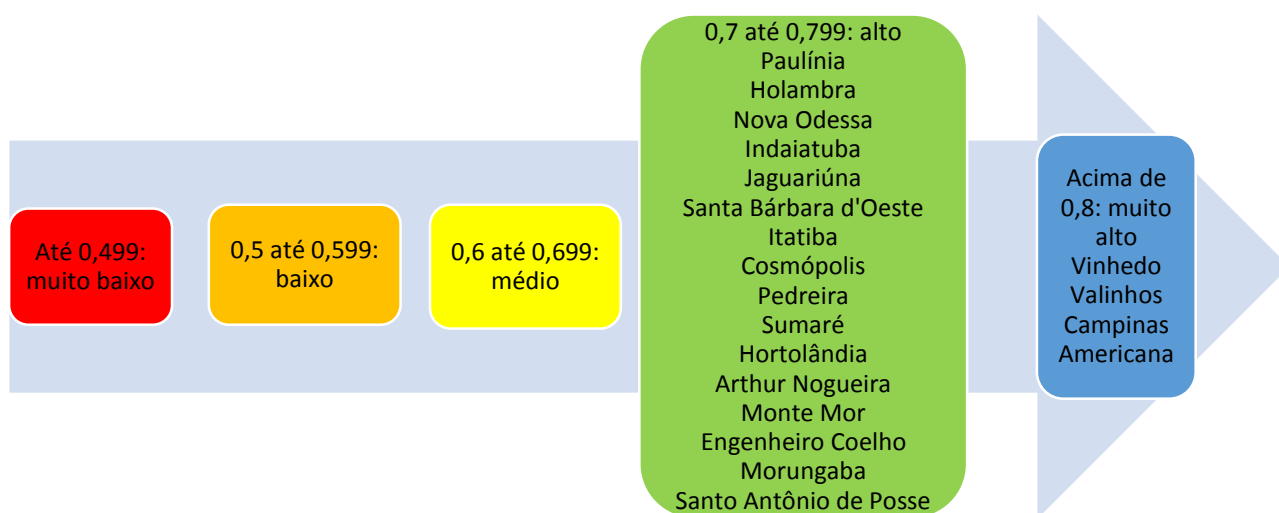


Figura 1. Posicionamento dos Municípios da RMC quanto ao IDH de 2010.

Fonte: elaborado a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

O IDH é dividido em três outras categorias – Renda, Longevidade e Educação. As situações da RMC e do estado de São Paulo são apresentadas na tabela 1.

Tabela 1. IDHs RMC e estado de São Paulo (2000 e 2010)

Localização	IDH		IDH –M Renda		IDH-M Longevidade		IDH-M Educação	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Média da RMC	0,685	0,772	0,732	0,769	0,809	0,853	0,545	0,703

ESTADO DE SÃO PAULO	0,702	0,783	0,756	0,789	0,786	0,845	0,581	0,719
----------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: elaborado a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do PNUD (2013)

Apesar de uma melhoria em todos os indicadores de desenvolvimento humano, renda, longevidade e educação, este último ainda persiste em ser mais díspare entre os municípios da RMC, dada pelo coeficiente de variação. No ano de 2000 a diferença entre os municípios era significativamente maior nos índices de educação – 11,5% –, reduzindo-se ao longo da década para 6,6%.

Entre os índices de desenvolvimento humano, o de educação foi o que obteve a maior melhora, sendo influenciado pelos municípios de Hortolândia, Monte Mor, Sumaré, Santo Antônio de Posse e Pedreira, que tiveram melhoras médias de 40,6% em seus IDH-M Educação.

Apesar desta melhoria significativa em relação aos resultados do ano de 2000, os municípios de Monte Mor e Santo Antônio de Posse permaneciam na faixa de médio ou baixo índice de desenvolvimento humano para educação, respectivamente. Os demais conseguiram sair da condição de muito baixo ou baixo para a situação de alto desenvolvimento humano para educação.

A tabela 2 mostra os municípios em pior situação na RMC quanto ao IDH-M Educação e que necessitam de políticas públicas pontuais que os promovam a categorias melhores neste quesito.

Tabela 2. IDH e IDH-M

Municípios	IDH (PNUD)		IDH-M Renda		IDH-M Longevidade		IDH-M Educação	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Holambra	0,688	0,793	0,764	0,815	0,831	0,878	0,512	0,698
Cosmópolis	0,665	0,769	0,699	0,746	0,807	0,876	0,521	0,697
Arthur Nogueira	0,658	0,749	0,703	0,745	0,802	0,827	0,505	0,681
Engenheiro Coelho	0,646	0,732	0,689	0,720	0,791	0,815	0,495	0,668
Monte Mor	0,620	0,733	0,673	0,713	0,785	0,863	0,452	0,639
Morungaba	0,646	0,715	0,716	0,726	0,776	0,802	0,485	0,627
Santo Antônio de Posse	0,619	0,702	0,702	0,718	0,801	0,838	0,422	0,576

Fonte: elaborado a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

2. EDUCAÇÃO

Neste item serão tratados alguns indicadores de educação dos municípios que podem ter influenciado o resultado do IDH-M Educação apresentado anteriormente. Outras estatísticas são tratadas no item “vulnerabilidade social”. O IDH-M Educação da RMC melhorou significativamente entre os anos de 2000 e 2010, mas há, como já apontado, discrepâncias quando as estatísticas são analisadas isoladamente.

A taxa de analfabetismo caiu em média 37% nos municípios da RMC quando se trata de jovens com 15, 18 ou 25 anos ou mais. A taxa é bastante reduzida quando se comparam jovens com 15 e 18 anos. Porém, quando se aumenta a faixa etária para 25 anos, a taxa de analfabetismo é bem maior em todos os municípios. Em municípios como Engenheiro Coelho e Santo Antônio de Posse ela chegou a se aproximar e até ultrapassar 10% entre os jovens desta faixa etária, enquanto a média da RMC é de 6%.

A figura 2 mostra a taxa de analfabetismo dos municípios da RMC considerando as diferentes faixas etárias.

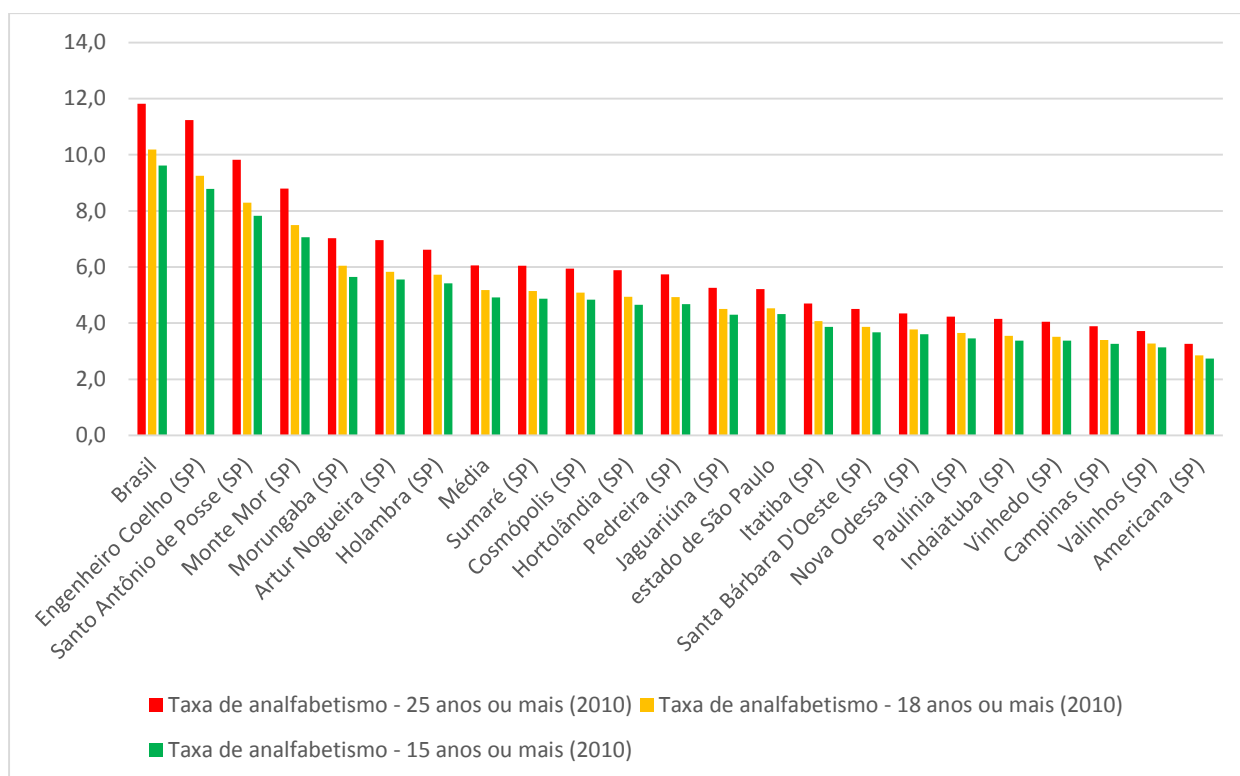


Figura 2. Taxa de analfabetismo nos municípios da RMC por faixa etária (2010)

Fonte: elaborado a partir do Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros (2015)

No que se refere ao percentual de crianças na escola, houve na RMC assim como no resto do Brasil e estado de São Paulo uma melhora nesta estatística. Todos os municípios da RMC possuíam mais de 90% das crianças de 5-6 anos na escola no ano de 2010. Os municípios de Santo Antônio de Posse e Nova Odessa possuíam praticamente 100% de suas crianças nesta faixa etária frequentando a escola.

Porém quando se observam os níveis superiores de formação, especialmente dos jovens com mais de 18 anos com o ensino médio completo, o município de Santo Antônio de Posse possui o percentual mais baixo da RMC, menor inclusive do que o resto do Brasil e o estado de São Paulo como mostra a figura 3. Este pode ser considerado o indicador mais grave entre os municípios, considerando-se que há, em média, 48% dos jovens nesta faixa etária sem o ensino médio completo.

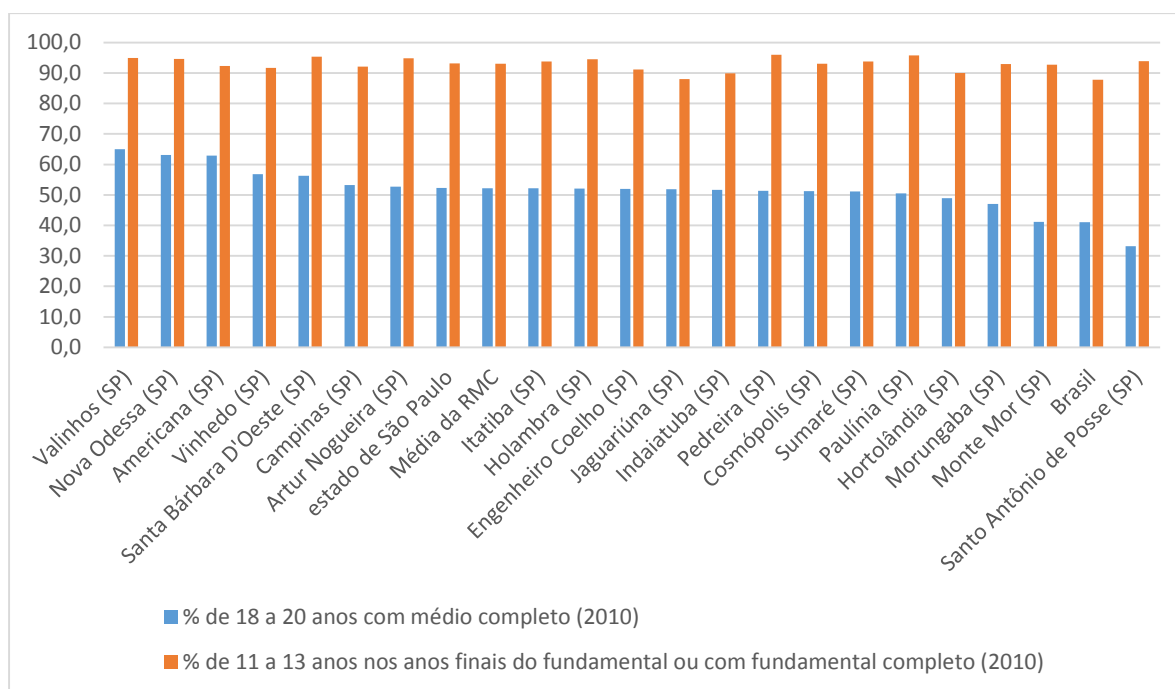


Figura 3. Fluxo escolar por faixa etária

Fonte: elaborado a partir do Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros (2015)

Outro ponto relevante a se considerar é que entre os anos de 2000 e 2010, os municípios de Campinas, Engenheiro Coelho e Indaiatuba viram o percentual de crianças de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo se reduzir, enquanto que em média a RMC observou um aumento de 4%, com destaque para Nova Odessa e Pedreira que tiveram seus percentuais aumentados em aproximadamente 20%.

3. POBREZA, RENDA E DESIGUALDADE

Pobreza

Ao longo de dez anos após o lançamento dos objetivos do milênio – 2000 –, a região Metropolitana de Campinas observou uma redução média no percentual de extremamente pobres em 58% e no de pobres, uma redução de 65%, superiores ao do estado de São Paulo¹.

Porém essa redução não foi homogênea entre os municípios da RMC, em alguns casos o percentual de extremamente pobres se elevou, como se observa nos quadros 1 e 2.

Quadro 1. Distribuição dos municípios de acordo com a evolução da extrema pobreza: 2000-2010

Aumento no número de extremamente pobres	Redução de até 51% no número de extremamente pobres	Redução de 51% até 63% no número de extremamente pobres	Redução de 63% até 69% no número de extremamente pobres	Redução acima de 69% no número de extremamente pobres
Holambra Morungaba	Americana Campinas Engenheiro Coelho Monte Mor Paulínia	Estado de São Paulo RMC Nova Odessa Santo Antônio de Posse Sumaré Vinhedo	Cosmópolis Hortolândia Jaguariúna Pedreira Santa Bárbara d'Oeste	Arthur Nogueira Indaiatuba Itatiba Valinhos

Fonte: elaborado a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

Quadro 2. Distribuição dos municípios de acordo com a evolução da pobreza: 2000-2010

Redução de até 52% (excl.) no número de pobres	Redução de 52% (incl.) até 63% (excl.) no número de pobres	Redução de 63% (incl.) até 67% (excl.) no número de pobres	Redução acima de 67% (incl.) no número de pobres
Campinas Engenheiro Coelho Holambra Morungaba Paulínia	Estado de São Paulo Americana Hortolândia Jaguariúna Monte Mor Sumaré	Arthur Nogueira Itatiba RMC Vinhedo	Cosmópolis Indaiatuba Nova Odessa Santa Bárbara d'Oeste Santo Antônio de Posse Valinhos

Fonte: elaborado a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2103)

Legenda:

Incl.: Inclusive

Excl.: Exclusive

O município de Holambra observou um aumento do número de extremamente pobres entre 2000 e 2010, porém este fenômeno coincidiu com o aumento do fluxo migratório no mesmo período.

Renda e desigualdade

O segundo indicador de desenvolvimento humano mais díspare entre os municípios da RMC é o da renda, apesar de uma melhoria média de 5,5% neste coeficiente. Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Hortolândia, Monte Mor e Sumaré saíram, na década passada da condição de médio para a de alto desenvolvimento. Os municípios de Americana, Holambra, Paulínia e Valinhos evoluíram, neste período, para a condição de muito alto desenvolvimento humano na categoria renda.

Levando-se em consideração o índice de Giniⁱⁱ, que representa o grau de concentração de renda e aponta a diferença entre os rendimentos dos mais ricos e mais pobres, houve uma redução na concentração de renda na RMC de 8,4%, enquanto que no estado de São Paulo a redução na concentração foi de 3,4%. Ainda que esse indicador tenha melhorado, houve uma piora em relação à diferença entre os municípios, ou seja, alguns melhoraram muito e outros muito pouco.

Essa redução não foi homogênea entre os municípios da RMC. Alguns municípios não evoluíram em relação à distribuição de renda, outros tiveram um bom desempenho, como mostra o quadro 3¹.

Quadro 3. Melhoria na desconcentração da renda e índice de Gini (2010)

Não evoluíram	Muito baixa	Baixa	Média	Alta
Sumaré (0,45) Valinhos (0,54)	Americana (0,47) Vinhedo (0,53) Holambra (0,54) Campinas (0,56)	Nova Odessa (0,41) Pedreira (0,42) Itatiba (0,48) Hortolândia (0,41) Santa Bárbara d'Oeste (0,41) Arthur Nogueira (0,46)	Engenheiro Coelho (0,45) Cosmópolis (0,42) Jaguariúna (0,49)	Santo Antônio de Posse (0,44) Morungaba (0,41) Indaiatuba (0,47) Paulínia (0,48) Monte Mor (0,44)

Fonte: elaborado a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

Há que se considerar que, os municípios com a pior evolução na distribuição da renda entre 2000 e 2010 (muito baixa ou não evoluíram), a exceção de Sumaré e Americana, são também aqueles que possuíam os piores níveis de concentração de renda da RMC em 2010.

Apropriação da renda

Na maioria dos municípios da RMC reduziu-se o percentual da renda apropriada pela população mais rica (20% dos mais ricos), em média 6%. Apesar dessa redução, em alguns deles houve aumento da parcela da renda apropriada por este estrato, Hortolândia, Sumaré e Valinhos.

Apesar do percentual da renda apropriada pelos mais pobres ter se elevado, ela ainda é bastante concentrada em uma menor parcela da população, ou seja, 80% da população concentrava 47,5% da renda gerada na RMC, enquanto os 20% mais ricos concentram os outros 52,5% da renda. A situação em relação à renda

¹ Elaborado a partir do cálculo de quartis da evolução do Índice de Gini (2000-2010)

apropriada por 80% da população é ainda mais desfavorável no primeiro quarto dos municípios, Holambra (39%), Campinas (39%), Valinhos (40%), Vinhedo (41%) e Jaguariúna (45%).

4. TRABALHO

Atividade, desocupação e formalização

Neste item serão apresentados a taxa de atividade, desocupação e grau de formalização dos cidadãos da RMC. A taxa de atividade é considerada como aquela entre a razão entre de pessoas economicamente ativas (PEA – ocupadas ou desocupadas) na semana de referência do censo e o total de pessoas dentro de uma determinada faixa etária (ATLAS..., 2013).

É considerada como taxa de desocupação a razão entre as pessoas que não estavam ocupadas na semana do censo, mas que haviam procurado por ocupação um mês anterior à data do censo. O grau de formalização refere-se à razão entre pessoas formalmente ocupadas (“empregados com carteira de trabalho assinada, os militares do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros, os empregados pelo regime jurídico dos funcionários públicos, assim como os empregadores e trabalhadores por conta própria que eram contribuintes de instituto de previdência oficial” (ATLAS..., 2013)) e o número total de pessoas ocupadas.

Em praticamente toda a RMC houve um aumento na taxa de atividade das pessoas com 18 anos ou mais entre os anos de 2000 e 2010. Porém, em alguns municípios, a razão da PEA caiu como foi o caso de Morungaba, Hortolândia e Campinas. Este fenômeno pode ser explicado por um número maior de pessoas que deixaram de procurar por uma ocupação e/ou mesmo que passaram a se dedicar exclusivamente aos estudos. Hortolândia é também um dos municípios com os maiores indicadores de jovens entre 15 e 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis à pobreza (Ver: crianças e jovens fora da escola em “Vulnerabilidade Social” neste boletim).

Em relação à taxa de desocupação, houve um decréscimo em toda a RMC, mostrando um maior número de pessoas economicamente ativas ocupadas em atividades formais ou não. Assim como houve um decréscimo na taxa de desocupação, houve também um aumento da formalização das pessoas ocupadas com 18 anos ou mais.

Nível educacional dos ocupados

Neste item serão apresentados dados sobre a situação educacional dos ocupados com 18 anos ou mais nos anos 2000 e 2010. Em toda RMC houve uma melhora nesta estatística, porém ainda há um percentual elevado (1º quartil da série), em alguns municípios, de pessoas sem ensino fundamental ou médio completos.

A tabela 3 apresenta os municípios de acordo com o nível de escolarização dos ocupados classificados (1º e 3º quartil) de acordo com a porcentagem dos ocupados com fundamental completo com 18 anos ou mais.

Os municípios marcados com cor vermelha foram os que apresentaram as piores estatísticas educacionais (com ensino fundamental ou médio completos) dos ocupados com 18 anos ou mais, apesar de terem apresentado melhoras entre os anos de 2000 e 2010 (coluna variação 2000/2010).

O grupo dos 5 municípios em pior situação em relação à escolarização fundamental dos ocupados com mais de 18 anos (marcados em vermelho na tabela 3) possui em média 57% de pessoas ocupadas nesta faixa etária com ensino fundamental completo, enquanto que os mais bem colocados da RMC (marcados em verde na tabela 3) possuem aproximadamente 74% e do estado de São Paulo 70,1%.

Os mesmos municípios que possuem um percentual muito baixo de ocupados com fundamental completo, também possuem um percentual muito baixo de ocupados com ensino médio completo – 37,6%, no estado de São Paulo é de 53%. Nesta estatística também houve melhoras generalizadas na RMC entre 2000 e 2010, em especial nos municípios de Monte Mor e Engenheiro Coelho (coluna variação 2000/2010), porém ainda se encontram entre os municípios com o pior nível de escolarização dos ocupados.

Tabela 3. Escolarização dos ocupados com 18 anos ou mais (1º e 3º quartil)

Municípios	% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais		% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	
	2010	Variação 2000/2010	2010	Variação 2000/2010
Santo Antônio de Posse	49,75	42,1	30,07	55,9
Engenheiro Coelho	53,87	43,8	39,40	71,8
Morungaba	56,18	48,3	35,76	49,6
Monte Mor	62,31	45,9	41,28	85,6
Arthur Nogueira	62,40	37,2	41,26	53,7
Nova Odessa	73,66	30,5	52,60	57,6
Valinhos	73,82	24,0	57,62	38,7
Americana	74,72	21,3	55,94	39,2
Paulínia	74,83	33,7	59,89	71,2
Campinas	75,29	13,2	57,98	20,3

Fonte: elaborado a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

Rendimento dos ocupados

Neste item é apresentada a evolução da renda dos ocupados com mais de 18 anos nos municípios da RMC. Entre os anos de 2000 e 2010 caiu significativamente – mais de 50% em média – o número de pessoas que recebiam até um salário mínimo de rendimento, tendência generalizada em todos os municípios da RMC.

Porém, quando os municípios são analisados para classes de renda mais elevadas, ou seja, para ocupações com maior valor agregado, a tendência de melhoria entre os anos de 2000 e 2010 não é generalizada neste mesmos municípios. Em média há uma queda do percentual de ocupados com mais de 18 anos que recebiam mais de 5 salários mínimos entre 2000 e 2010 e também aumento da discrepância, medida pelo coeficiente de variação, entre os municípios da RMC.

O que se pode observar é que um percentual elevado de pessoas saiu das faixas salariais mais baixas e migrou para as classes com renda superior a 1 salário mínimo, porém inferior a 5 salários mínimos. A massa maior de ocupados saiu da categoria de rendimentos de 1 salário mínimo e migrou para rendimentos superiores a 1 salário mínimo, porém inferior a dois salários mínimos. Os municípios que mais perderam e ganharam massa de ocupados com salários superiores a 5 salários mínimos estão relacionados na tabela 4.

Tabela 4. Municípios com piores e melhores ganhos de mão de obra com maiores rendimentos

Municípios	% dos ocupados com rendimento maior do que 5 s.m. - 18 anos ou mais		
	2000	2010	Variação
Santo Antônio de Posse	9,0	6,1	-32,4
Arthur Nogueira	9,6	7,2	-25,6
Pedreira	8,7	6,6	-24,5
Morungaba	8,2	6,3	-22,4
Jaguariúna	10,5	12,1	15,2
Sumaré	7,9	9,4	18,2
Cosmópolis	9,4	11,1	18,4
Holambra	13,4	16,6	23,5
Paulínia	13,2	18,5	39,4

Fonte: elaborado a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

A redução desta massa também é observada em outros municípios como Monte Mor, Campinas, Engenheiro Coelho, Nova Odessa, Americana, Itatiba, Indaiatuba, Vinhedo e Santa Bárbara d'Oeste, porém em menor intensidade do que os municípios marcados em vermelho na tabela 4.

A consequência da redução do percentual de pessoas com salários de maior valor agregado para esses municípios é que estes acabam sendo mais afetados com o perfil do consumo das famílias especialmente em relação a bens de mais valor agregado ou que necessitam de financiamento de valores de maior monta, como financiamento habitacional para imóveis de maior valor ou compra de veículos de valores médios superiores, entre outras.

5. VULNERABILIDADE SOCIAL

A vulnerabilidade social é mensurada a partir de um conjunto de variáveis que produz a deterioração das condições de vida em uma comunidade como “renda, escolaridade, saúde, arranjo familiar, possibilidade de inserção no mercado de trabalho e acesso a bens e serviços públicos” (SÃO PAULO, 2010). O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) divide a população dos municípios por agrupamento como segue no quadro 4:

Quadro 4. Agrupamentos de vulnerabilidade social

Agrupamento	Situação da vulnerabilidade social
G1	Baixíssima
G2	Muito baixa
G3	Baixa
G4	Média (setores urbanos)
G5	Alta (setores urbanos)
G6	Muito alta - aglomerados subnormais ou favelas
G7	Alta - setores rurais

Fonte: SÃO PAULO (2010)

Os percentuais de pessoas classificadas de acordo com os agrupamentos de vulnerabilidade social nos municípios da RMC são apresentados na tabela a seguir:

Tabela 5. Distribuição da população da RMC segundo agrupamentos de vulnerabilidade social (2010)

Municípios	%G1	%G2	%G3	%G4	%G5	%G6	%G7	Soma G5 - G7
Engenheiro Coelho	20%	12%	22%	0%	46%	0%	0%	46%
Monte Mor	0%	23%	15%	30%	31%	0%	2%	33%
Santo Antônio de Posse	0%	32%	19%	24%	25%	0%	0%	25%
Hortolândia	0%	38%	26%	16%	19%	0%	0%	19%
Sumaré	3%	33%	34%	11%	16%	3%	0%	19%
Campinas	15%	45%	17%	9%	5%	8%	0%	13%
Arthur Nogueira	1%	31%	48%	8%	12%	0%	0%	12%
Cosmópolis	2%	41%	37%	14%	5%	1%	0%	6%
Paulínia	6%	44%	37%	8%	5%	0%	0%	6%
Pedreira	0%	66%	22%	7%	5%	0%	0%	5%
Itatiba	5%	50%	37%	4%	4%	0%	0%	4%
Indaiatuba	4%	46%	43%	5%	3%	0%	0%	3%
Jaguariúna	2%	31%	61%	4%	3%	0%	0%	3%
Santa Bárbara d'Oeste	0%	70%	20%	8%	2%	0%	0%	2%
Americana	4%	75%	14%	5%	2%	0%	0%	2%
Valinhos	13%	59%	23%	4%	1%	0%	0%	1%
Holambra	23%	30%	39%	8%	0%	0%	0%	0%
Morungaba	0%	48%	45%	7%	0%	0%	0%	0%
Nova Odessa	1%	65%	25%	9%	0%	0%	0%	0%
Vinhedo	15%	46%	34%	5%	0%	0%	0%	0%

Fonte: elaborado a partir de São Paulo (2010)

A referida vulnerabilidade social é estudada a seguir por seus determinantes.

Crianças e Jovens

Mortalidade Infantil

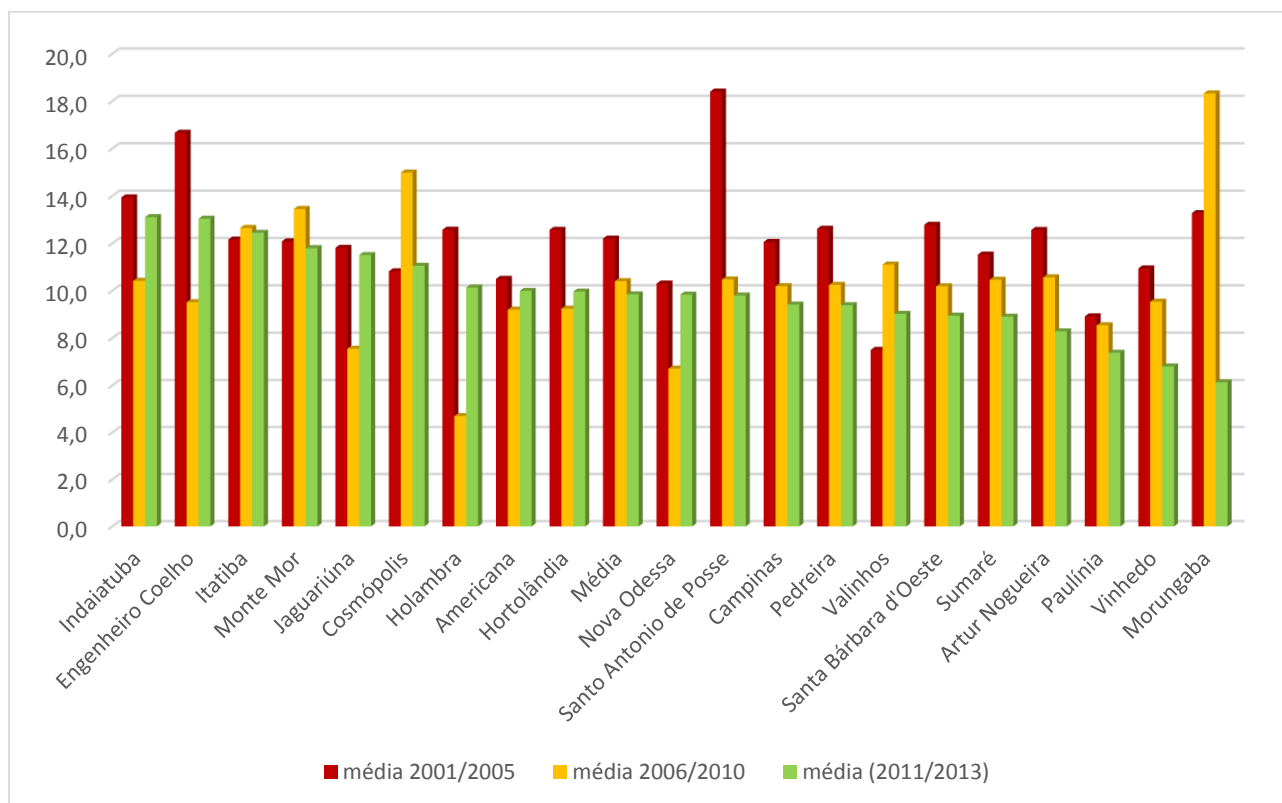
A mortalidade infantil é definida pelo Ministério da Saúde como aquela ocorrida no primeiro ano de vida. Esta estatística é dividida entre Morte neonatal (aquela ocorrida antes de 28 dias completos – precoce: até 6 dias de vida; e tardia: de sete até 27 dias completos de vida) e pós neonatal (ocorrida do 28º dia de vida até um ano completo).

A taxa de mortalidade neonatal mostra a atenção dada às gestantes nos períodos que antecedem o nascimento da criança, assim como ao recém-nascido logo após o parto. Esta taxa corresponde a aproximadamente 2/3 das mortes observadas no Brasil em 2011 – 9,45 óbitos/mil nascidos vivos (NV), enquanto que no estado de São Paulo foi de 7,9/mil NV (NASCIMENTO; ALMEIDA; GOMES, 2014). Na RMC

esta taxa no mesmo ano foi igual a do estado de São Paulo, reduzindo-se no ano de 2013 para 5,6/mil NV (SEADE, 2013).

Ao longo dos anos 2000 houve redução da mortalidade infantil na maior parte dos municípios da RMC. Do primeiro quinquênio – 2001 a 2005 – para o segundo – 2006 a 2010 – a média na região caiu de 12,2 para 10,4 mortos por mil nascidos vivos. No período seguinte, a média caiu para 9,8 na RMC.

Nos anos recentes (2011-2013) não houve melhora nesse indicador para alguns municípios em relação aos anos 2000, como mostra a figura 4.



Fonte: elaborado a partir de SEADE (2013)

Figura. Evolução da mortalidade infantil entre 2001 e 2013

Os municípios de Itatiba, Jaguariúna, Americana, Holambra e Nova Odessa, em período recente (2011-2013), não evoluíram em relação à mortalidade infantil observada nos anos 2000, apesar de Holambra não ter apresentado registros no ano de 2013. Nesses municípios a mortalidade infantil é concentrada na idade neonatal, ou seja, 27 dias após o nascimento, especialmente no período que vai até 6 dias após o nascimento da criança.

Faz-se necessário um estudo mais aprofundado sobre as causas da mortalidade de recém-nascidos no período neonatal nesses municípios. Estudos de Nascimento, Almeida e Gomes (2014) apontam que a falta de um adequado atendimento à gestante, seguido pelo atendimento adequado ao recém-nascido, é o principal componente da mortalidade neonatal por causas evitáveis no Brasil.

Já o município de Morungaba conseguiu reduzir a mortalidade infantil em mais da metade da observada nos anos 2000, saindo de 15,8 mortos/mil nascidos vivos para 6,8 mortos para mil nascidos vivos no período que vai de 2011 a 2013.

Crianças e jovens fora da escola

A RMC acompanhou a evolução do estado de São Paulo em relação ao número de crianças que estavam fora da escola dos 4 aos 14 anos. Houve uma melhoria significativa no número de crianças de 4-5 anos que estavam fora da escola entre os anos de 2000 e 2010. No estado de São Paulo esse percentual reduziu-se 72% aproximadamente, enquanto que na RMC, esse indicador se reduziu 79%.

Em sua maioria as causas da exclusão escolar entre 4 e 5 anos concentram-se na dificuldade de acesso. Em 2013 foi determinada a obrigatoriedade da matrícula na pré-escola (lei nº 12796). O prazo para que os municípios se adequem é 2016, quando se espera que esse indicador cai ainda mais.

O número de crianças fora da escola entre 6 e 14 anos não teve resultados tão bons quanto o anterior, apesar de ter se observado melhoria. No estado de São Paulo este número se reduziu 35%, enquanto que na RMC essa redução foi de 51%.

Curiosamente, os municípios de maior IDH da RMC, Valinhos e Vinhedo, apresentaram um aumento do número de crianças fora da escola na idade de 6-14 anos entre os anos de 2000 e 2010.

Já na idade de 6-14 anos, as principais causas da exclusão escolar no Brasil estão relacionadas à vulnerabilidade social. Os municípios que ficaram abaixo da média do grupo, em relação à manutenção na escola, nesta faixa etária, estão os municípios de Paulínia, Itatiba, Cosmópolis, Campinas, Americana, Valinhos e Vinhedo, observando-se que, com exceção dos dois últimos municípios, os demais, na sequência, obtiveram melhoras no indicador de evolução, porém abaixo da média.

A situação de vulnerabilidade da população não necessariamente explica a evolução desses municípios quanto à exclusão escolar entre 6 e 14 anos na RMC. Há uma correlação baixa² entre população de vulnerabilidade social (média, alta ou altíssima no setor urbano, muito alta em aglomerados subnormais e alta em setores rurais) e exclusão escolar nesta faixa etária, o que indica a necessidade de estudos pontuais nesses municípios sobre a evolução do problema, especialmente em Valinhos e Vinhedo.

Na faixa etária dos 15 aos 24 anos, o percentual de jovens que não trabalham e não estudam e ainda são vulneráveis à pobreza evoluiu ainda menos na RMC (redução de 43,7%) que os indicadores anteriores, apesar de ter apresentado melhores resultados que o estado de São Paulo, que verificou uma redução de 33,1% no período de 2000 a 2010.

Os municípios com maiores conquistas em relação à redução de número de jovens fora da escola, do mercado de trabalho e em situação de vulnerabilidade social (FETVS) foram, na sequência, Pedreira (-66,1%); Indaiatuba (-62,8%), Santo Antônio de Posse (-61,5%), Itatiba (-57,4%), Vinhedo (-55,7%), Valinhos (-55,6%) e Arthur Nogueira (-53,6%). Esses percentuais mostram que os municípios melhoraram em relação a um dos indicadores de vulnerabilidade social, mas não que possuem situação confortável. Há que se considerar que são necessárias ações contínuas no sentido de melhorar o acesso de jovens a escolas e ao trabalho.

Os municípios que precisam de mais atenção formam o terceiro quartil do total de municípios que possuem um número elevado de jovens em situação FETVS em 2010: Monte Mor (8,2%), Jaguariúna (6,01%), Engenheiro Coelho (5,9%), Cosmópolis (5,87%) e Hortolândia (5,69%), como mostra a tabela 6. Em parte dessa faixa etária concentram-se também os jovens que engrossam as estatísticas nacionais de mortes por homicídio e envolvimento com drogas (BRASIL, S/D) e que há uma relação inversa entre o número de jovens em situação de FETVS e o aumento na renda familiar (BRASIL, 2010).

Tabela 6. Percentual de jovens em situação de FETVS (2010)

Municípios	%FETVS (2010)
Vinhedo	1,70
Valinhos	1,78
Pedreira	1,84
Holambra	2,20
Itatiba	2,44
Hortolândia	5,69
Cosmópolis	5,87
Engenheiro Coelho	5,90
Jaguariúna	6,01
Monte Mor	8,12

Fonte: elaborado a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

Gravidez na adolescência

A apresentação de dados desta categoria engloba adolescentes entre 10 e 14 anos e entre 15 e 17 anos. A gravidez precoce na faixa etária de 10-14 anos pode estar relacionada à maior vulnerabilidade social das adolescentes, à falta de informação, status das relações sociais vigentes, sobretudo pobres e negras, por violência sexual (BRASIL, 2010).

² Coeficiente de correlação: 0,32

Nos municípios estudados não há um indicador que substancie a afirmação de que uma maior parcela da população vivendo em situação de vulnerabilidade também apresente um maior número de adolescentes grávidas entre 10 e 17 anos, mesmo quando as faixas etárias são analisadas separadamente.

No estado de São Paulo o percentual de jovens que tiveram filhos com menos de 17 anos registrados no ano de 2010 foi de 5,5%, enquanto que na RMC esse número foi ligeiramente menor – 5%. Apesar de melhor posicionada em relação ao estado, a região possui discrepâncias nesta estatística. Enquanto o município de Arthur Nogueira tem a mais elevada taxa entre os municípios – 8,2% –, o município de Morungaba posiciona-se na mais baixa taxa – 1,4%.

A lista do quartil com as mais altas taxas de gravidez na adolescência é apresentada na tabela 7.

Tabela 7 Evolução do percentual de adolescentes que tiveram filhos

Municípios	% de adolescentes que tiveram filhos de 10-17 anos	Evolução 2000-2010
Arthur Nogueira	8,2	-6%
Santo Antônio de Posse	7,9	-40%
Monte Mor	6,5	-32%
Vinhedo	6,5	47%
Pedreira	6,3	-36%
Itatiba	6,3	16%
Valinhos	5,0	88%

Fonte: elaborado a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

Apesar de mal posicionados no ranking, os municípios de Santo Antônio de Posse, Monte Mor e Pedreira obtiveram reduções nesse indicador maiores do que o estado de São Paulo entre os anos de 2000 e 2010. Ao contrário de alguns municípios que observaram aumento nesta Estatística como Itatiba (aumento de 16%) e, curiosamente os que possuem maior IDH da região, Valinhos (aumento de 88%), apesar de não ter a estatística mais elevada, e Vinhedo (aumento de 47%).

Família

% de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos

Outro agravante da vulnerabilidade social é o número de mulheres que são mães, possuem pouca instrução formal e têm filhos menores de 15 anos. No grupo dos 20 municípios, houve um aumento percentual de aproximadamente 22% nesta estatística. De 10,23% em 2000 de mulheres nesta situação, houve um acréscimo para 12,46% em 2010. Esta é uma estatística bastante discrepante na RMC.

Apenas nos municípios de Holambra e Nova Odessa observou-se uma redução. Nos demais houve acréscimo, que chegou a triplicar no município de Engenheiro Coelho. Nos municípios de Pedreira, Itatiba, Jaguariúna, Cosmópolis e Santo Antônio de Posse houve acréscimos de acima 20% no número de mulheres chefes de família, com filhos menores de 15 anos e com baixo nível de instrução formal.

% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos

Um domicílio vulnerável à pobreza é considerado como aquele em que vivem pessoas com renda per capita inferior a meio salário mínimo (referência: agosto de 2010). Quando se faz menção à dependência de idosos, significa que neste domicílio pelo menos metade da renda domiciliar é advinda de moradores com 65 anos ou mais.

Quanto à esta estatística de vulnerabilidade houve um decréscimo na RMC (-33%) maior que no estado de São Paulo (-23%). Porém, esta redução não é observada em todos os municípios. Há uma piora nos municípios de Jaguariúna, Hortolândia e Paulínia entre os anos de 2000 e 2010. Já as melhoras significativas³ foram observadas nos municípios de Vinhedo, Engenheiro Coelho, Itatiba, Valinhos e Arthur Nogueira que alcançaram uma redução média de 60% nesse percentual.

% de crianças extremamente pobres

Outro indicador que integra a vulnerabilidade social é o referente ao percentual de crianças extremamente pobres nos municípios. Em quase todos os municípios houve uma redução no número de crianças

³ Dimensão dada pelo primeiro quartil da série.

extremamente pobres, com destaque para os municípios de Indaiatuba, Arthur Nogueira, Nova Odessa, Valinhos e Vinhedo que reduziram esta estatística para menos de 0,5%. Destacam-se também Jaguariúna e Santa Bárbara D'Oeste, que obtiveram reduções significativas no período levantado.

Porém, houve agravamento desta situação nos municípios de Morungaba (com um aumento de 44,6% na estatística) e Holambra que viu o percentual de crianças extremamente pobres crescer oito vezes em 2010 quando comparado ao ano de 2000, assim como viu sua população em estado de extrema pobreza crescer significativamente neste mesmo período.

% de crianças que vivem em domicílios que ninguém tem o fundamental completo.

Um indicador que apresentou melhoras generalizadas na RMC foi o percentual de crianças vivendo em domicílios em que ninguém tem fundamental completo. Enquanto em média esse percentual reduziu-se em 47% no estado de São Paulo e 39% no Brasil, na RMC a redução média foi de aproximadamente 51%. A tabela 8 apresenta os municípios com maiores e menores reduções.

Tabela 8. Situação educacional dos domicílios em que viviam crianças

Município	% de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo (2000)	% de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo (2010)	Varição (2000/2010)
Nova Odessa (SP)	29,2	10,7	-63,5
Valinhos (SP)	29,6	11,1	-62,6
Americana (SP)	26,3	12,4	-52,9
Santa Bárbara D'Oeste (SP)	33,6	13,1	-60,9
Indaiatuba (SP)	34,9	14,1	-59,6
Holambra (SP)	44,2	22,5	-49,2
Monte Mor (SP)	49,0	25,3	-48,3
Morungaba (SP)	49,3	33,0	-33,0
Engenheiro Coelho (SP)	53,5	34,8	-34,8
Santo Antônio de Posse (SP)	52,4	39,1	-25,3

Fonte: elaborado a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

Os municípios em situação mais precária (3º quartil) estão listados na tabela 8 em vermelho. Os municípios de Holambra, Monte Mor, Morungaba, Engenheiro Coelho e Santo Antônio de Posse são os que possuem o maior percentual de crianças residindo em domicílios em que nenhum dos integrantes possui fundamental completo. A exceção de Holambra e Monte Mor, os demais também foram os que tiveram as menores reduções desse percentual.

Trabalho

Tempo de deslocamento até o local de trabalho

No Brasil, o percentual de vulneráveis que gasta mais de uma hora até o local de trabalho é de 10% da população vulnerável ocupada. No estado de São Paulo esta estatística sobe para 20% enquanto que na RMC este valor cai para 8,7%, porém com uma variabilidade significativa entre os municípios. Enquanto em municípios como Holambra e Pedreira o percentual de vulneráveis que demora mais do que uma hora para se deslocar até o trabalho é próximo de 0%, nos municípios de Campinas, Monte Mor e Hortolândia se aproxima de 20%, como mostra a tabela 9.

Tabela 9. Deslocamento até o trabalho da população mais vulnerável

Município	% de vulneráveis que gastam mais de uma hora até o trabalho na população ocupada vulnerável. (2010)
Monte Mor (SP)	21,7
Campinas (SP)	19,9
Hortolândia (SP)	18,0
Engenheiro Coelho (SP)	13,2
Artur Nogueira (SP)	11,4
Cosmópolis (SP)	5,0
Santo Antônio de Posse (SP)	4,5
Indaiatuba (SP)	3,4
Holambra (SP)	0,0
Pedreira (SP)	0,0

Fonte: elaborado a partir do Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros (2015)

Uma das hipóteses para este fenômeno ser um problema mais agudo nos municípios de Monte Mor, Hortolândia, Engenheiro Coelho e Arthur Nogueira é a de que um percentual significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade se desloca até a cidade satélite da RMC – Campinas – para trabalhar, o que acaba elevando seu tempo de deslocamento.

Habitação

% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados

Um domicílio com abastecimento de água inadequado é considerado como aquele que não é provido por rede geral; e esgotamento sanitário inadequado é considerado como aquele que não é realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica.

Neste quesito, a RMC observou redução entre os anos de 2000 e 2010, mas não de forma geral no percentual de pessoas vivendo em domicílios nesta situação. Enquanto alguns municípios reduziram para quase 0% – Arthur Nogueira, Engenheiro Coelho, Pedreira, Santo Antônio de Posse e Vinhedo – outros tiveram esta proporção elevada, como Monte Mor, Valinhos, Nova Odessa, Itatiba, Indaiatuba, Paulínia, Holambra e Hortolândia. Estes dois últimos municípios a situação foi significativamente agravada entre 2000 e 2010 em relação aos demais. Holambra e Hortolândia viram a proporção de pessoas vivendo em domicílios inadequados crescer quase cinco vezes. Em Holambra, em 2000, 0,93% da população vivia em domicílios em condições inadequadas, em 2010 esse percentual subiu para 4,15%. Em Hortolândia, esse percentual subiu de 0,36% em 2000 para 2,08% em 2010, os acréscimos mais significativos na RMC. (ATLAS, 2013)

% da população em domicílios com banheiro e água encanada

O percentual de pessoas que não viviam em domicílios com banheiro e água encanada caiu na RMC, mas assim como a estatística anterior, não foi uma situação generalizada na região.

Em 2000 havia um grupo de municípios em grave situação considerando os demais da RMC, situados no terceiro quartil da região – Morungaba, Engenheiro Coelho, Santo Antônio de Posse, Holambra e Jaguariúna. Todos eles apresentaram redução nesta estatística em 2010, com destaque para Santo Antônio de Posse, que conseguiu reduzi-la em aproximadamente 94%.

Apesar desta melhoria nos municípios que estavam em situação mais grave, houve um aumento do número de pessoas que não residiam em domicílios com banheiro e água encanada em oito municípios – Itatiba, Sumaré, Pedreira, Valinhos, Hortolândia, Monte Mor, Nova Odessa e Americana (ATLAS, 2013).

Esse déficit de domicílios tem como possíveis causas a possível falta de aprimoramento das políticas habitacionais nas diferentes localidades citadas e/ou um processo de imigração acelerado que acabaram provocando um déficit habitacional de domicílios com características adequadas.

Há que se considerar que a RMC viu o ritmo da taxa anual de migração por mil habitantes cair entre os anos de 2000 e 2010 em aproximadamente 12%, assim como caiu também a taxa anual de imigração (SEADE,

2010). Novamente esta estatística não pode ser generalizada, pois em alguns municípios houve acréscimo, encabeçados por Holambra, Jaguariúna, Paulínia, Valinhos e Morungaba, e em outros uma redução significativa nesta mesma taxa (Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Hortolândia, Sumaré e Artur Nogueira).

REFERÊNCIAS

ATLAS da vulnerabilidade social. Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/ivs/> Acesso em setembro de 2015.

ATLAS do desenvolvimento humano. **Perfil**. Consulte o perfil da sua localidade. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/> Acesso em outubro de 2014.

_____. **O Atlas**. Glossário. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/glossario/ Acesso em outubro de 2014

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção em Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 132 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. **Sobre a secretaria**. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/sobre-a-secretaria/view> Acesso em: abril de 2014.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Informações dos municípios paulistas**. Indicadores. População e Estatísticas Vitais. Mortalidade Infantil. 2013. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/>

_____. **Informações dos municípios paulistas**. Indicadores. População e Estatísticas Vitais. Migração. 2010. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/>

NASCIMENTO, L. F. C.; ALMEIDA, M. C. S.; GOMES, C. M. S. Causas evitáveis e mortalidade neonatal nas microrregiões do estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 36, n. 7, p. 303-309, 2014.

SÃO PAULO. Índice paulista de vulnerabilidade social. Assembleia Legislativa, 2010. Disponível em: http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/pdf/ipvs/principais_resultados.pdf

_____. **IPVS**. Versão 2010. Disponível em: <http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/index.php?selLoc=0&selTpLoc=2&prodCod=2> Acesso em outubro de 2014.

Notas

ⁱ De acordo com o PNUD (2013), a extrema pobreza é considerada como aquela na qual a renda domiciliar per capita é igual ou menor que R\$70,00 e a pobreza como a renda domiciliar per capita menor a R\$140 e superior a R\$ 70,00 em reais de agosto de 2010.

ⁱⁱ Índice de Gini: É um índice que mede o nível de desigualdade na renda dos indivíduos. Quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade na distribuição da renda entre indivíduos; quanto mais próximo de um, maior a concentração de renda entre os indivíduos de um município.